

O CAMPO TURÍSTICO DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA DE NATAL/RN SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DO CAMPO DE PIERRE BOURDIEU

Francisco Xavier da Silva Júnior*, Christiano Henrique da Silva Maranhão** & Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega***

Resumo: O objetivo deste estudo é compreender as relações e práticas dos agentes envolvidos na zona histórica e portuária de Natal/RN, analisando como seus posicionamentos e estratégias configuram um campo de disputa pelo turismo. Utilizando o conceito de campo de Pierre Bourdieu, o artigo explora como as lutas simbólicas entre esses agentes moldam suas interações por meio de suas intervenções nesta zona e influenciam a coordenação de ações para atender às demandas turísticas. A pesquisa empregou uma metodologia documental para identificar os agentes e mapear suas relações no campo turístico. Os resultados indicam uma competição simbólica entre os agentes pelo controle dos recursos turísticos, evidenciando um conflito entre diferentes visões e estratégias de uso da área, com o objetivo de transformá-la em um produto comercial. Conclui-se que, embora haja interesse geral em redefinir a utilização da zona histórica e portuária da cidade, as estratégias não se alinham com a visão dominante do campo turístico. Isso revela a presença de agentes hegemônicos, que direcionam o desenvolvimento para outras regiões, e de agentes dominados, que resistem a essa lógica de dominação, indicando a complexidade das dinâmicas e o potencial para um planejamento turístico mais articulado e inclusivo.

Palavras-chave: Campo turístico; Centro histórico; Porto; Bourdieu.

THE TOURISM FIELD OF THE HISTORICAL AND PORT ZONE OF NATAL/RN FROM THE PERSPECTIVE OF PIERRE BOURDIEU'S FIELD THEORY

Abstract: The purpose of this paper is to understand the relationships and practices of the agents involved in the historical and port zone of Natal/RN, analyzing how their positions and strategies shape a field of contestation over tourism. Using Pierre Bourdieu's concept of field, the article explores how the symbolic struggles between these agents shape their interactions through their interventions in this zone and influence the coordination of actions to meet tourism demands. The research employed a documentary methodology to identify the agents and map their relationships within the tourism field. The results indicate a symbolic competition among agents for control over tourism resources, demonstrating a conflict between different visions and strategies for transforming the area into a marketable product. It was concluded that although there is general interest in redefining the use of the city's historical and port zones, the strategies do not align with the dominant vision of the tourism field. This reveals the presence of hegemonic agents, who direct development towards other regions, and dominated agents, who resist this logic of domination, indicating the complexity of the dynamics and the potential for more coordinated and inclusive tourism planning.

Keywords: Tourism field; Historic center; Port; Bourdieu.

EL CAMPO TURÍSTICO DE LA ZONA HISTÓRICA Y PORTUARIA DE NATAL/RN DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA DEL CAMPO DE PIERRE BOURDIEU

Resumen: El objetivo de este estudio es comprender las relaciones y prácticas de los agentes involucrados en la zona histórica y portuaria de Natal/RN, y analizar cómo sus posiciones y estrategias configuran un campo de disputa por el turismo. Utilizando el concepto de campo de Pierre Bourdieu, el artículo explora cómo las luchas simbólicas entre estos agentes moldean sus interacciones mediante sus intervenciones en esta zona e influyen en la coordinación de acciones para atender las demandas turísticas. La investigación empleó una metodología documental para identificar a los agentes y mapear sus relaciones en el ámbito turístico. Los resultados indican una competencia simbólica entre los agentes por el control de los recursos turísticos, lo que evidencia un conflicto entre diferentes visiones y estrategias de uso del área, con el objetivo de transformarla en un producto comercializable. Se concluyó que, aunque existe un interés general en redefinir el uso de la zona histórica y portuaria de la ciudad, las estrategias no se alinean con la visión dominante del campo turístico. Esto revela la presencia de agentes hegemónicos, que orientan el desarrollo hacia otras regiones, y de agentes dominados, que resisten a esta lógica de dominación, lo que indica la complejidad de las dinámicas y el potencial para una planificación turística más articulada e inclusiva.

Palabras clave: campo turístico; centro histórico; puerto; Bourdieu.

HOW TO CITE: Silva Júnior, F. X. da, Maranhão, C. H. da S., & Nóbrega, W. R. de M. (2025). O campo turístico a partir da zona portuária e histórica de Natal/RN. *Revista Latino-Americana de Turismologia – RELAT*, v. 11, n. 1 (Edição Regular), 1 – 13, Jan./ Dez.

Retrieved from: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/4451>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1767595>



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem Derivações / 4.0 / Internacional

* Doutor em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Mestre em Turismo pela UFRN. Especialista em Docência Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Graduado em Turismo pela UFRN. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5962022090895829>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2577-0963> [francisco.xavier@fba.edu.br]

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Mestre e doutorando em Turismo pela UFRN. Especialista em Administração Hoteleira pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Bacharel em Turismo pela UFRN. Atualmente atua como professor substituto no curso de Turismo da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS/UFRN). Membro das comissões científicas da Revista de Turismo Contemporâneo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN; da Revista Hospitalidade (RevHosp), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi; e da Revista Iberoamericana de Turismo, iniciativa do Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo da Universidade Federal de Alagoas e da Facultat de Turisme da Universitat de Girona, decorrente de convênio de cooperação internacional com apoio da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1578152240799398>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2938-1989> [christianomaranhao@gmail.com]

*** Pós-doutor pela Dalhousie University. Pós-doutor pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Sustentável pela UFPA. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Graduado em Turismo pela UFPA. Professor associado III do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-graduação em Turismo da UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN/CNPQ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0025142529544906>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1628-3493>; [wilker.nobrega@ufn.br]

1 INTRODUÇÃO

As zonas históricas e portuárias das cidades litorâneas brasileiras passaram por transformações socio-urbanas relevantes ao longo da história. Mudanças que vão do aumento e do desenvolvimento das cidades até novos estilos de vida na urbe. A todo instante, novas áreas são criadas e velhos caminhos são fechados e/ou refuncionalizados para atender às demandas do desenvolvimento urbano, econômico, dos estilos de vida e dos padrões de consumo. Partimos do pressuposto de que, desde o final do século XX, as agendas governamentais atuam nessas zonas buscando retomar a dinâmica econômica, uma vez que elas já foram sinônimo de modernidade, em virtude do exercício portuário e da baixa concentração da vida urbana nos núcleos históricos.

Compreende-se que o advento de novas possibilidades de fomento ao desenvolvimento, fornecidas pelo sistema capitalista, posicionou o turismo como alternativa viável de avanço econômico. Diversos casos de reativação são observados em cidades portuárias que se conectam aos centros históricos ao redor do mundo, reproduzindo modelos de políticas públicas de intervenção urbana vinculados ao uso turístico e paisagístico. Por se tratar de zonas de interesse histórico, os agentes promovem novos usos vinculados à lógica do consumo contemporâneo massivo, temporal, turístico e instagramável.

O turismo, portanto, destaca-se na pauta dos agentes que se interessam pelas zonas históricas e portuárias como uma alternativa de fácil aplicação, configurando um campo em que o turismo é elemento central de debates e disputas, retratando tentativas de sucesso e fracasso do uso turístico em espaços urbanos, discutindo uma usabilidade rentável, captando investidores e, como contrapartida, promovendo o desenvolvimento. Visando atender a normas internacionais de comercialização, os governos têm elaborado agendas políticas hiperneoliberais, atraindo investidores e promovendo um reposicionamento competitivo em um mercado global (Amore & Hall, 2017), no qual o turismo é utilizado como recurso para atrair o investimento necessário.

À medida que os agentes de interesse se posicionam no campo, a composição de uma estrutura é delineada com base em lutas e constituições de posições que visam à manutenção ou transformação desse campo. Assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender as relações e práticas dos agentes envolvidos na zona histórica e portuária de Natal/RN, analisando como seus posicionamentos e estratégias configuram um campo de disputa pelo turismo, no qual suas lutas simbólicas contribuem para uma atuação mais coordenada na operacionalização das demandas de interesse turístico na cidade.

Como norte metodológico, utilizou-se a teoria de campo desenvolvida por Pierre Bourdieu (2007, 2011, 2019), compreendendo que a identificação dos agentes é fundamental para que pesquisas futuras analisem suas disputas e consequências, em especial no acúmulo dos capitais econômico, cultural e social, considerando a força do turismo na definição do uso dos espaços e das práticas de sociabilidade. Por isso, o turismo é encarado como estrutura das relações dos

agentes que o campo abraça, em que o campo é um espaço de lutas e os agentes têm interesse em sua existência e perpetuação, seja para promover o turismo na zona histórica e portuária de Natal, seja para obscurecê-lo e fomentá-lo em outras zonas da cidade.

2 COMPREENDENDO O CAMPO DE BOURDIEU

Buscando compreender a complexa composição e organização do campo e dos agentes envolvidos, Bourdieu (2004) fornece suporte ao processo de clarificação do posicionamento de jogos simbólicos, passíveis de ocorrer em um ou em diversos campos. Destaca-se que Bourdieu posicionou suas análises na categoria do campo social e que seu foco não está precisamente na composição de um campo específico do turismo, mas sim em sua base teórica, que contribui para a compreensão da formação deste campo a partir de um cenário de disputa entre agentes.

Segundo Bourdieu (2010), o campo social é um espaço entre dois polos, no qual há a relação entre diferentes agentes e suas dinâmicas, elaborando e realinhando sentidos e símbolos. Esse espaço possui regras específicas, dinâmicas internas e diálogos externos compreendidos a partir de manifestações específicas, dentro e fora do campo. Assim, para compreender a construção orgânica das relações sociais, Bourdieu construiu os conceitos de campo, *habitus* e capital, em uma concepção teórico-metodológica que auxilia na compreensão dos contextos que levam os agentes sociais a suas dinâmicas, conflitos, interesses e comportamentos.

Bourdieu (2007) comprehende o *habitus* como uma estrutura estruturante e estruturada, ou seja, uma estrutura à medida que somos constituídos historicamente por um passado marcado por influências familiares, culturais e educacionais. É estruturante por nos ajudar a moldar nossas atitudes no presente diante das adversidades, e é estrutura por ter uma ordem estipulada, não sendo aleatória e sem nenhum padrão.

O *habitus* é um vetor de classificação que produz diferenças, posicionando-nos socialmente em um grupo diante de uma relação de *habitus* semelhantes. Portanto, o *habitus* está na gênese do desenvolvimento de ações objetivadas como estratégias, em um cálculo de probabilidades (Bourdieu, 2002).

Cada relação social, composta por agentes imbuídos de suas histórias, revela um jogo diferente no campo onde se desenham. Toda participação de indivíduos pode ser examinada sob um novo olhar, já que nossas condições de existência medem nossas atitudes e ações no campo em que estamos inseridos. É dizer que toda história de um indivíduo revela a soma das histórias do coletivo, do grupo ou da classe.

Separar o conceito de *habitus* da individualização é importante para compreender que, ao refletir sobre a pessoa como agente único, o que se percebe é seu “estilo pessoal”. É primor compreender que a constituição de *habitus* também se refere ao conjunto de agentes que, coletivamente, carregam marcas sociais do grupo ou instituição (Bourdieu, 2013, 2020).

Portanto, o *habitus* é “el producto de condicionamientos sociales asociados a una determinada condición, hace corresponder un conjunto sistemático de bienes y de propiedades, unidos entre ellos por una afinidad de estilo” (Bourdieu, 2011, p. 23), e por isso, os condicionamentos sociais de um indivíduo resultam da totalidade de realidades e racionalidades de uma coletividade, que auxiliam na identificação e posicionamento desses indivíduos no espaço social. Assim, uma das funções de pensar sobre o *habitus* é compreender o estilo acumulado nas práticas e ações de um agente ou de uma classe de agentes, fazendo do *habitus* um conjunto unitário diferenciado e, ao mesmo tempo, similar.

O autor frisa que é inapropriado analisar o *habitus* isoladamente do campo, pois isso o reduziria a um mero fetiche acadêmico. Campo e *habitus* foram desenvolvidos por Bourdieu para pensar a atividade humana, sendo o campo o espaço onde ocorrem jogos simbólicos entre diferentes agentes, que utilizam estratégias para a manutenção ou o aprimoramento de suas posições em relação aos outros.

Bourdieu entende o campo como um espaço social de disputa, destacando dois conceitos: um mais abrangente, onde o pressuposto é identificar os agentes no espaço a partir de uma disposição desigual em virtude do acúmulo de um ou mais capitais; e outro mais específico, que identifica micro campos autônomos, reforçando que a ideia de campo depende de um diagnóstico de informações. Essas informações são cruciais para identificar um campo, pois nelas se encontram os meandros das disputas travadas entre os agentes.

Consoante, para Lahire (2017), são elementos fundamentais do campo: a) regras e desafios específicos de cada campo; b) estrutura de posições ocupadas por agentes; c) um espaço de lutas; d) visam acumulação de um capital específico; e) a distribuição desigual do capital no campo; f) interesse de todos os agentes na existência do campo; e h) a autonomia relativa, onde cada um possui uma lógica própria.

Bourdieu (2007) comprehende que a modernidade altera a compreensão dos valores interpessoais, propondo a construção de um campo a partir de forças contrárias, identificadas por um conjunto de recursos que exemplificam a atuação dessas forças sobre um objeto. Essas forças que atuam sob um campo podem ser decodificadas como capitais. Bourdieu encontra em Marx uma categoria cujo acúmulo é a base de sua compreensão. O capital acumulado, seja para Marx ou para Bourdieu, retrata um cenário de desigualdade que culmina em conflitos sociais, quer na luta de classes, quer na diferenciação social (Burawoy, 2010).

Esse termo passa a ter uma noção mais ampla ao se estender o conceito para um sistema mais aberto de trocas de bens de diferentes tipos, que são transformados e intercambiados dentro do mesmo campo ou em campos distintos, entre eles, internamente ou externamente, no qual o que está em jogo em um campo é o acúmulo de capitais (Bourdieu, 2019). Cada tipo de capital se reproduz e sustenta-se na liberdade de seu campo, podendo existir formas de capital objetivas (representações materiais) ou subjetivas (princípios de consciência) (Moore, 2018).

Entende-se o capital como um recurso material ou figurado, passível de acumular elementos que podem ser possuídos por indivíduos. Tem forte característica de poder no sentido de que pode ser investido e condensado, com vistas à sua representação, de modo mais ou menos ilimitado. Os diferentes tipos de capital podem se converter e ser transmitidos entre gerações e dependem da valoração social das apropriações (Lebaron, 2017).

Bourdieu (1997) categorizou quatro formas de capital: o econômico (bens materiais), o cultural (formas de conhecimento, estéticas, gostos, linguagens, comportamentos), o social (ligações e redes sociais) e o simbólico, que pode representar todas as outras formas em diferentes campos. O capital simbólico pode ser compreendido como a forma que todo capital assume quando se torna uma ferramenta de poder, validando seu uso.

O autor entende que o espaço social dos agentes envolve, no mínimo, dois capitais fundamentais: o econômico e o cultural. Compreendendo os capitais como meios e fins nas disputas, pode-se entender que todo campo opera com um tipo específico de capital simbólico, pois os agentes buscam investir em seus capitais para obter reconhecimento e autoridade. Esse cenário contextualiza-se no conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989), que se configura como um mecanismo de manutenção das decisões, visto que as relações de dominação são percebidas e vivenciadas pelos agentes do campo.

Inicialmente os agentes são distribuídos no campo conforme seu acúmulo de capitais, ou seja, um capital global e, em um segundo momento, a partir de suas estruturas de capital (econômico e cultural), colocando agentes em posições e oposições para gerar análises distributivas e relativas de ocupação nos espaços sociais que esses agentes possuem ao considerar temporalmente e espacialmente um campo a ser analisado (figura 1), entendendo o campo como um “estado de relação de poder entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decurso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (Bourdieu, 2019, p. 110).

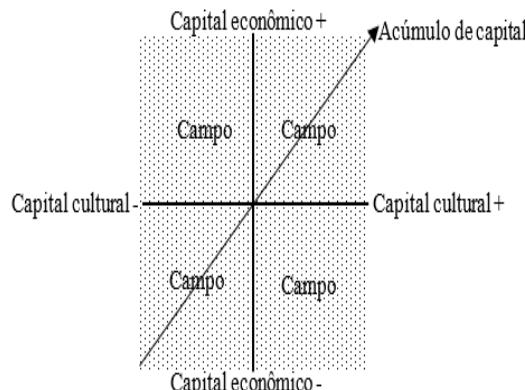


Figura 1. Posições de campo a partir dos capitais econômico e cultural,
Fonte: adaptado de Bourdieu (2007).

Consideram-se, de forma representativa, os polos x e y, por estes terem visibilidade didática do conceito, embora os acúmulos possam ser dinâmicos e variáveis ao longo do tempo. A formação do campo e as

distribuições desiguais dos agentes contribuem para a manutenção do campo enquanto ferramenta de dominação, resultante das barreiras articuladas por um ou um grupo de agentes hegemônicos, capazes de conduzir decisões e regras para a aceitabilidade de outros agentes ou não. O peso que um agente possui em relação ao campo dependerá do volume de capital investido e acumulado em disputa (Bourdieu, 2005).

As fronteiras existentes em um campo social podem ajudar a entender as lutas travadas nos processos decisórios, tanto nos campos quanto nos momentos em que são necessárias intervenções de um grupo sobre o outro. Bourdieu (2011, p. 27) traça o raciocínio de que “*la posición ocupada [...] en la estructura de la distribución de los diferentes tipos de capital, que son también armas, dirige las representaciones de ese espacio y las tomas de posición en las luchas para conservarlo o transformarlo*”.

Para Bourdieu (1989), os agentes são definidores de suas posições nos espaços sociais, onde cada um se aloca e é colocado em posição ou classe, determinando seus limites de poder diante das disputas. Esse posicionamento não é estático, uma vez que, se o jogo muda de direção, os agentes também mudam e outros surgem na dinâmica. Os agentes podem assumir caráter pessoalista, bem como representar instituições e aglomerados sociais.

Bourdieu (2020) alerta para o surgimento de microcampos, organizados e relativamente autônomos, no campo macro. Ao alinhar investimentos, os agentes se aproximam dos interesses em comum, caracterizados por similaridades no acúmulo de capital específico. Para entender o microcampo, é preciso diagnosticar os agentes envolvidos, buscando compreender o quanto cada agente está disposto a investir no campo. De tal modo, os agentes interiorizam uma subjetividade em relação ao objeto em disputa, diante das interferências constantes. Similarmente, quando a disputa é testada, os agentes exteriorizam subjetividades para debater suas posições em relação ao objeto, formando uma zona de práticas e disputas, na qual são expostos o *habitus* e os capitais acumulados.

Se o campo indica poder e interposição de lutas, os meios campos ratificam a necessidade de disputa, configurando agentes fortemente conectados por interesses em virtude dos capitais acumulados. Portanto, os agentes negociam significados nas interações sociais (Adler-Nissen, 2011). O fato de jogar o jogo já implica um investimento (sensível ou não para o indivíduo). É dizer, para Burawoy (2010, p. 69), que as “lutas são concebidas como estratégias inconscientes e conduzidas por uma percepção antecipada do jogo que absorve a atenção e a criatividade dos jogadores”.

Para entender o campo de forma macro, busca-se sua estrutura geral, especialmente quando há poucos agentes envolvidos na disputa pelo objeto (Nooy, 2003). O entendimento macro do campo precisa pautar o cenário nacional e global, pois, para Thiry-Cherques (2006), o método *bourdieusiano* busca analisar os mecanismos de dominação, de produção e de reprodução de ideias dominantes. No turismo, a

partir da perspectiva de Bourdieu, o campo é considerado específico, impulsionado pelo entendimento do turismo como fator de disputa pelos capitais e suas ramificações.

Nessa perspectiva, o campo turístico envolve uma variedade de agentes, com práticas simbólicas e posições objetivas dominantes e dominadas com base no discurso do turismo (Ahmad, 2013). Considerar o turismo como centro da prática em zonas portuárias e históricas é analisá-lo como um objeto que produz um campo próprio de atuação, visto que contempla questões culturais (o lazer que provoca distinção) e econômicas (o lazer como mercadoria), resultando em uma competição avaliada pela capacidade de diferenciar socialmente destinos turísticos e de promover o convívio em comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Selecionaram-se as instituições de interesse na zona histórica e portuária de Natal/RN, coletando, em suas bases de dados, estudos, pesquisas, relatórios, boletins, atas, notícias, legislação e informações sobre as dinâmicas dos portos, do turismo e dos centros históricos. As instituições consultadas estão listadas no quadro 1, que também apresenta o levantamento de textos e trabalhos que utilizaram como objeto de estudo, bem como as zonas relacionadas ao fazer turístico. Essas instituições foram selecionadas em virtude de suas aproximações à temática da pesquisa, bem como de suas atuações na zona histórica e portuária de Natal.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, direcionou-se a um corpo teórico composto por múltiplas angulações, empenhadas em compreender uma realidade social específica a partir da teoria do campo de Bourdieu. A base da coleta de dados é a pesquisa documental, visto que se apresenta como uma fonte de subsídios (documentos públicos e privados) que permitem o desenvolvimento da pesquisa e de suas devidas análises (Severino, 2016), tratando-se de uma pesquisa qualitativa.

Ademais, a seleção dos documentos seguiu critérios de busca organizados de forma sistemática por Silva, Emmendoerfer & Cunha (2020). Em uma primeira instância, reconheceram-se as fontes potenciais de informação que mantinham relações políticas, sociais e culturais com a zona histórica e portuária de Natal. Os documentos foram classificados com base nos critérios de autenticidade, credibilidade, representatividade e significação (Flick, 2009). O acesso a esses documentos foi ponderado em relação à Lei nº 12.527/2011, que trata do acesso à informação.

O intuito do levantamento documental é compreender como os agentes que intervêm nas zonas históricas e portuárias se articulam para compor um campo. Nos documentos, foram identificados termos centrais, tais como: centro histórico de Natal, turismo cultural, zona portuária de Natal e turismo em Natal. A partir dos documentos e das políticas públicas direcionadas a estas zonas, notou-se que elas orientaram suas análises para o turismo, o que estimulou um campo de disputa, sendo este o campo proeminente da pesquisa.

Instituição	Tipo de documento	Quantidade de documentos
Ministério de Portos e Aeroportos	Relatório	3
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Relatório	1
Ministério do Turismo	Plano Nacional Estratégico	1
	Indicadores sobre Atração de investimentos	6
	Índice de Competitividade	7
	Emendas Parlamentares	10
Instituto Brasileiro de Turismo	Perfil de mercado	1
Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte	Boletins de inteligência	2
	Perfil do Turista Potiguar	2
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte	Legislações	10
Câmara de Vereadores de Natal	Legislações	9
Secretaria Municipal de Cultura de Natal	Roteiros culturais	1
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Ata de colegiados	97
	Relatório de gestão	3
IPHAN RN	Boletim	3
	Catálogo	1
	Livro	1
CLIA Brasil	Estudo CLIA Brasil	2
Total		160

Quadro 1. Quantitativo de documentos secundários.

Fonte: elaboração própria (2024).

A pesquisa documental mapeou a composição dos agentes presentes no campo para entender o nível de intervenção que adotaram a partir do turismo, direcionando um novo olhar para zonas portuárias e centros históricos, tanto públicos como comerciais. Para tanto, foi realizado um esboço para um alto, médio e baixo nível de intervenção, onde pode-se compreender por intervenção a atuação direta na zona histórica e portuária por meio de políticas, ações, direcionamentos, posicionamentos, decisões e reformulações que as zonas sofreram desde suas concepções, onde a categoria “alto” é caracterizada por um considerável volume de intervenções, a “média” por intervenções não tão significativas, mas que produziram uma nova aproximação e “baixo” para as intervenções que não impactaram a zona histórica e portuária.

Para Bourdieu existem três formas de análise de um campo: I) a partir da ideia de campo de poder; II) estabelecendo a estrutura objetiva das relações de interesse entre os agentes que ocupam o campo; e III) ponderando o *habitus* dos agentes através da interiorização de condições sociais e econômicas, sendo a clarificação da estrutura objetiva das relações de interesse, o principal foco dessa pesquisa.

Para Bourdieu (1989), a noção de campo permite a existência de um conceito aplicável a diferentes campos da vida, que perpassa uma homologia estrutural e funcional entre eles. As homologias encontradas em todos esses campos são traduzidas em manifestações de poder e acúmulo de capital, possibilitando que o campo se torne um instrumento metodológico para a compreensão das diversas existências da sociedade (Carvalho, 2003; Pimentel, 2017). À medida que os agentes se posicionam no campo, a composição de uma estrutura é delineada com base em lutas e constituições de posições que visam a manutenção ou transformação desse campo.

Ponderou-se a força do turismo na definição do uso dos espaços para a promoção do desenvolvimento e, com isso, o turismo é visto como estrutura das relações dos agentes que o campo abraça, considerando que o campo deve ser um espaço de lutas. Isso porque o turismo, como ferramenta econômica, capta agentes interessados em sua atuação e permanência, criando um campo turístico “autossuficiente” e passível de disputa contínua.

4 A FORMAÇÃO DO CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA DE NATAL/RN

4.1 O Terreno da Disputa: o Bairro da Cidade Alta, Ribeira e o Porto de Natal

Estrategicamente posicionada, a fundação da cidade esteve atrelada à defesa do território no período de colonização portuguesa, em que uma das primeiras táticas foi a construção do Forte dos Reis Magos, datado de 1597, como base militar de proteção e de ataque às comunidades indígenas mais resistentes. A concepção da cidade de Natal remonta a 1599, quando se firmou o marco zero e se iniciou a delimitação de ruas, acessos e os primeiros casarões (Souza, 2008).

Surgindo a partir da demarcação dos limites da cidade por Jerônimo de Albuquerque¹, o que hoje é o bairro da Cidade Alta serviu de base ao cenário urbano a partir dos anos 1600. Esse início ocorreu com a construção de elementos urbanos, como igrejas, sedes de governo, cadeias e prédios residenciais (Souza, 2008), dando a tônica do que encontramos de edifícios históricos na atualidade.

Diante das dinâmicas comerciais e políticas, a cidade do Natal estabeleceu seu processo de expansão rumo a outro núcleo urbano. Surge a Ribeira

¹ Para alguns teóricos, Jerônimo de Albuquerque é tido como o fundador da cidade do Natal. A Teoria Tradicional defendida por Vicente Lemos, aponta que Jerônimo era capitão-mor do Forte. Para Costa (1993, p.20), o capitão saiu “da fortaleza a distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que denominava ‘povoação dos Reis’, demarcou o sítio da cidade que

recebeu o nome de Natal”. Outras duas teorias apresentadas pela autora, defendem outra visão da fundação da cidade. A Teoria de Branco Sobrinho, onde João Rodrigues Colaço seria o fundador da cidade e, por fim, a Teoria de Sobrinho que apresenta Mascarenhas Homem como o fundador.

ou Cidade Baixa. O bairro da Ribeira teve seus primeiros moradores em 1603. Segundo Cascudo (1999), era um bairro que dispunha de comércio, moradia e terras destinadas à agricultura. Para Souza (2008, p. 233), a Ribeira “nasceu banhada pelas águas do Rio Potengi e o seu desenvolvimento urbano foi impulsionado pela construção do porto, cujas obras foram iniciadas no final do século XIX”.

A Ribeira permaneceu assim por boa parte do tempo, visto que, quase um século após o surgimento da cidade do Natal, houve pouco crescimento urbano. Natal até então só contava com dois bairros, que cresceriam basicamente independentes, visto que estavam separados por uma parte alagada do Rio Potengi (Assunção, 2014).

Koster (1942, p. 96), um português filho de ingleses, relatou sua chegada a Natal em 1810. Sua descrição da cidade mostra o quanto Natal pouco evoluiu desde sua fundação, tornando essencial o início de um debate entre as elites e os intelectuais locais para a modernização da cidade. Vide:

Cheguei às onze horas da manhã à cidade do Natal, situada à margem do Rio Grande, ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando a essa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável sobre o estado da população nesse país, porque, se lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias?

Com o aceleramento das relações comerciais, a Ribeira recebeu mais investimentos e prédios da administração pública, além de concentrar cafés, hotéis, cinema, teatro e espaços de sociabilidade (Arrais, 2008). Uma das mais significativas alterações

urbanas acometidas à Ribeira foi a conclusão da construção do Porto de Natal, que, ao longo da história, se tornou um elemento estruturante do meio urbano (Medeiros & Luna, 2012).

Localizado às margens do Rio Potengi, o Porto de Natal exerceu influência no contexto urbano natalense desde o início de sua obra, em 1922, quando a população do interior vinha a Natal, fugindo da seca, para trabalhar nas obras de melhoria urbana da cidade e na modernização portuária (Dantas, 2003). Atualmente, o porto é um dos principais pontos logísticos para cargas de alto impacto e assim como a Cidade Alta e Ribeira, o porto também passou por mudanças estruturais ao longo de sua história, como o alargamento dos berços 01 e 02 em 1986, construção do berço 03 em 2001 e a construção do Terminal Marítimo de Passageiros – TMP, em 2014 (CODERN, 2019).

Esse ponto de origem da cidade, concentrado nestes dois bairros, é conhecido como centro histórico. Para Emmendoerfer (2015, p. 5), entende-se por centro histórico como o “núcleo comumente de origem de um aglomerado, que detém um patrimônio cultural (material), com poder de atração de habitantes e viajantes motivados por produtos socialmente e historicamente produzidos ou encontrados neste espaço, que polariza outras atividades econômicas e sociais.”

Os bairros da Cidade Alta e Ribeira possuem um vasto acervo de patrimônio histórico edificado que remonta a Natal colonizada (igrejas e prédios da administração pública) e a Natal moderna (residências e comércios), espalhado em um corredor histórico que liga os dois bairros originários, como ilustra a figura 2.



Figura 2: Distribuição dos equipamentos e dos atrativos turísticos na Cidade Alta e na Ribeira, respectivamente.
 Fonte: elaboração própria (2024).

A maioria dos itens elencados retrata um Natal glorioso e elitista. O que está conservado, seja administrado pela iniciativa privada ou pelo poder público, simboliza uma herança religiosa e aristocrática potiguar, restando poucos espaços para os grupos socialmente vulnerabilizados, o que repercutirá em desigualdades sociais e culturais. A manutenção

desses itens, de valiosa importância para a memória natalense, reitera uma narrativa oficial que privilegia as classes dominantes e suas contribuições históricas. A preservação destes elementos torna-se um ato político que reflete e reforça os interesses dos grupos dominantes, ao mesmo tempo em que invisibiliza as

contribuições e as demandas dos setores menos favorecidos.

Atualmente, uma das principais problemáticas relacionadas a esta zona é o processo de desvalorização e as consequentes intervenções realizadas para revigoramento da região, observados em diversos centros originários nas cidades brasileiras e latino-americanas. Os bairros passaram, ao longo dos últimos dez anos, a contar com menos habitantes e a fechar o comércio de rua. Alguns edifícios com características arquitetônicas de interesse histórico e turístico foram abandonados, e quase não há comércio de roteiros culturais nas agências de receptivo da cidade², embora algumas entidades públicas promovam roteiros aos próprios natalenses e aos turistas em momentos específicos³.

4.2 O campo a partir das intervenções

O campo é o espaço social das relações objetivas, no qual, *a priori*, cada agente tem sua posição fixada (Bourdieu, 2002). Ao conceber o campo, Bourdieu superou o conceito de Marx para compreender que os agentes determinam suas atuações e relações sociais, conferindo sentido à existência do campo.

Compreender a formação de um campo em qualquer cenário social nos leva a contemplar relações sociais e sistemas estruturados de posições em que disputas simbólicas ocorrem, pois o campo está em constante fluxo. Para Bourdieu (1993, p. 135), “o que define a estrutura do campo [...] é também o princípio

de sua estrutura”, o que reflete relações de poder, hierarquia e dominância.

Se as fronteiras no campo não são fixas, a ideia de área, em um campo, implica maior poder de dominação e hegemonia sobre os agentes mais frágeis. As fronteiras móveis de um campo revelam como ele evolui ou regide. Saint Martin (2022, p. 232) dissertou que “diferentes campos são, de fato, mortais e podem se desagregar ou desaparecer sob o efeito de coações internas ou, sobretudo, externas”. Contudo, antes que possa perpetuar mudanças ao longo de sua existência ou até mesmo desaparecer, o campo é criado.

Sua criação resulta da participação de agentes que, ao estarem dispostos no jogo, fomentam novos saberes e relações. A particularidade de cada componente nesse contexto define a orientação que o campo seguirá, uma vez que os agentes partícipes determinam a disputa pelo objeto, surgindo estratégias de convencimento, barganha e conflitos. À medida que o tempo e o jogo mudam a posição dos agentes, novos significados são atribuídos.

Segundo Bourdieu (2007, 2019), são elementos constitutivos do campo: a *doxa*, o *nomos* e a *illusio* (figura 3). O primeiro elemento se refere ao senso comum, às reflexões balizadas no cotidiano, o que leva à compreensão de que a vida é como é. Já o *nomos* refere-se às regras que regem o campo, orientando a conduta dos agentes. E a *illusio* é a crença de que o jogo vale a pena ser jogado, tornando o campo um resultado do produto histórico (Bourdieu, 2011), com consequências.

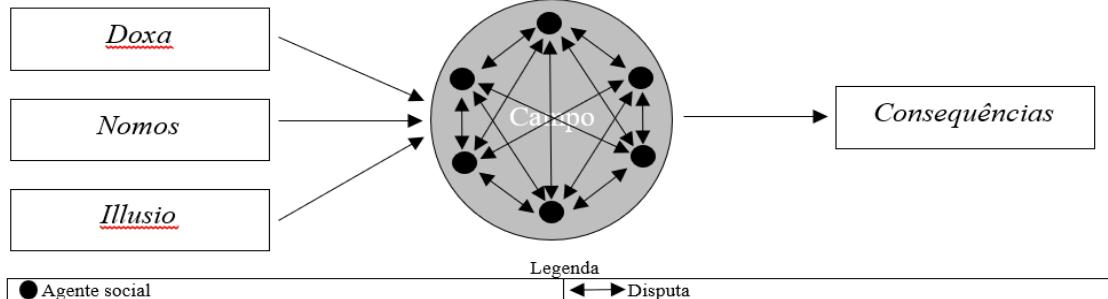


Figura 3: Esquema de constituição de um campo.

Fonte: elaboração própria com base em Bourdieu (2007, 2011, 2019).

A *doxa* localiza-se no estágio em que todos os agentes estão de acordo, inquietados por algo, contemplando tudo o que está sinalizado como “sendo assim mesmo” (Bourdieu, 2019). O *nomos* apresenta leis gerais que coordenam o funcionamento do campo, figurando como cultura e normas. E a *illusio* representa ilusões reproduzidas como recursos de lucro para o funcionamento do campo, recaindo sobre a vida dos indivíduos e sobre suas crenças (Bourdieu, 2019).

Considerando o turismo como objeto de disputa em um campo, ressalta-se que sua complexa relação como fenômeno social composto por diferentes agentes, faz dele um meio capaz de configurar cenários de poder e desigualdade na luta por seu monopólio,

seja na promoção econômica do turismo ou no apagamento do fazer turístico em detrimento do avanço e afluência dele em um lugar de interesse. Logo, a identificação dos agentes é fundamental para perceber como estes intervêm no turismo na zona histórica e portuária.

A partir de sua *doxa*, o turismo pode ser visto por diferentes agentes que o consolidam como fenômeno social, setor e atividade econômica (Pimentel, 2020). Compreendido pela comunidade, o turismo é visto, supostamente, como um benefício que promove qualidade de vida, gerando oportunidades de trocas interculturais e empregos. Uma vez posto como ação hegemônica de dependência excessiva, os impactos

² Buscou-se nos portais de venda online de sete empresas de receptivo em Natal. Apenas duas ofertam um passeio cultural que tem maior apelo ao Forte dos Reis Magos. Dos dois passeios encontrados, apenas um cita o centro histórico como local a ser visitado, porém de forma panorâmica.

³ Os passeios culturais são promovidos pelo Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os passeios possuem o objetivo de divulgar a história da cidade do Natal, além de apresentar os edifícios, lendas urbanas e religiosidades.

negativos se sobressaem, aumentando o custo de vida e a perda da identidade local, por exemplo (Lage & Milone, 2000).

O mercado, diante da facilidade de implantação do turismo, enxerga nele uma oportunidade de investimento rentável, que pode ser comercializada em moeda local ou em moeda estrangeira. A *doxa* do turismo, a partir da iniciativa privada, também contempla a oferta de produtos que visam proporcionar uma experiência ao turista e, para isso, pode necessitar do aval do Estado, considerado facilitador da expansão mercadológica. Por outro lado, percebe-se uma preocupação desse agente em virtude da volatilidade do turismo, que se torna perecível diante de desastres naturais, pandemias, guerras e conflitos civis (Beni, 2004; Jafari, 2005; Donaire, Silva & Gaspar, 2009).

Já o Estado identifica no turismo um mecanismo que cruza fronteiras e minimiza burocracias, mediando negociações internacionais para obter autorizações de entrada e saída de estrangeiros e para sanções mercadológicas. Também se preocupa em legislar e politizar ações que dialoguem, direta ou indiretamente, produzindo políticas públicas, programas e projetos que gerem consequências para a diversidade de agentes que utilizam o turismo como oportunidade (Hall, 2010; González, 2011; Edgell, Allen, Smith & Swanson, 2008).

Para o turista, o fazer turismo configura uma possibilidade de intercâmbio intercultural com sociedades receptoras, a partir de diferentes motivações. O perfil do turista serve de orientação para que o mercado atenda a demandas distintas, bem como para orientar o poder público, por meio de ações publicitárias e de facilidades infraestruturais e burocráticas, para que esses turistas consigam chegar aos locais desejados. Todavia, o volume acentuado de turistas provoca impactos negativos, como o aumento inflacionário, a transformação dos territórios em não lugares, espaços de privilégio e xenofobia (Cohen, Prayag & Moital, 2014; Pérez-Nebra & Torres, 2002; Andrade, 2001).

O turismo, pela ótica dos seus trabalhadores, é compreendido como uma atividade de ingresso no mercado de trabalho que possibilita uma melhor qualidade de vida. Contudo, os profissionais que atuam na iniciativa privada atestam ter uma rotina de trabalho desgastante, com remuneração incompatível com o volume de trabalho realizado. Apresentam que suas atividades laborais são afetadas pelo avanço das tecnologias da informação (inteligência artificial, aplicativos, e-commerce) e por acontecimentos que atingem diretamente o fazer turístico (Teberga, 2021; Fratucci & Carneiro, 2020; Heleno, Alves & Oliveira, 2021).

Para a academia, a *doxa* do turismo se torna um campo interdisciplinar de produção de conhecimento que desvincula o turismo do interesse exclusivamente econômico. As grades curriculares e as produções acadêmicas enfatizam a pluralidade de aproximações que o turismo estabelece com outras áreas do saber, como Sociologia, Administração, Direito, Geografia, Antropologia e Ciência Política. Pesquisadores se debruçam sobre a compreensão macro do turismo, correlacionando teorias com áreas associadas e

conduzindo pesquisas inter e transdisciplinares (Sonaglio, 2013; Tribe, 1997; Echtner & Jamal, 1997).

Para o *nomos*, representado como as regras do campo para o funcionamento de sua lógica interna, pode ser compreendido por meio de dispositivos institucionais, leis e decretos relacionados ao turismo (instrumentos de ordenação política) que dialogam diretamente com o campo em disputa, bem como pelas regras sociais não institucionalizadas e cristalizadas na dinâmica social. Os marcos regulatórios do turismo no Brasil contemplam as fases de avanço do setor no país, contribuindo para a regulação de seu desenvolvimento. O aparelhamento jurídico nacional do turismo remonta a 1938, com o Decreto-lei nº 406, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros. Com o *boom* da aviação e da navegação comercial, regulou-se o funcionamento das agências e a criação de instituições para o planejamento do turismo.

Em 1968, o Decreto nº 63.067 dispôs sobre os requisitos para projetos específicos de fomento ao turismo. Em 1978, o Decreto nº 82.307 tratou da concessão de vistos para estrangeiros com base na reciprocidade. Na década de 1980, dois decretos visaram à regulamentação dos meios de hospedagem, dos restaurantes e dos acampamentos turísticos, além da criação de áreas para o turismo, por meio da Lei nº 6.513, de 1997. Para uma parcela dos trabalhadores, a profissão de guia de turismo foi regulamentada pela Lei nº 8.623, de 1993. Dez anos depois, criou-se o Ministério do Turismo. Em 2008, promulgou-se a Lei nº 11.771, que define a Política Nacional de Turismo, tratando do planejamento, do desenvolvimento e do estímulo. A profissão de turismólogo foi reconhecida pela Lei nº 12.591/2012.

Para Cerqueira, Furtado & Mazaro (2009), existem dois momentos históricos no âmbito legal do turismo no país. O primeiro compreende o recorte temporal de 1938 a 1984, período de forte intervencionismo estatal nas atividades turísticas. O segundo compreende o período de 1986-2008, quando houve um estímulo à liberdade de mercado. Entre 2008 e 2023, manteve-se a lógica ponderada com base na política nacional, guiada pela consolidação do Ministério do Turismo.

No estado do Rio Grande do Norte, os marcos regulatórios espelharam os dispositivos nacionais. Em 1995, a Lei nº 6.763 autorizou o Poder Executivo a celebrar financiamento para o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Após o investimento, a Secretaria Estadual de Turismo foi criada em 1996 pela Lei nº 144. Em 1997, o Decreto nº 13.723 aprovou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do RN.

O estado possui forte apelo ao turismo de sol e mar; por isso, em 2006, a Lei nº 8.817 disciplinou as permissões para a realização de serviços de *buggy*. Em 2007, a Lei nº 339 criou a Empresa Potiguar de Promoção Turística, incentivando a divulgação do destino RN. Em 2015, publicou-se a Lei Estadual de Turismo nº 9.931, que tratou da política de turismo. Em 2017, a Lei nº 10.213 dispôs sobre a instituição de diretrizes para o turismo religioso no estado, vide os festejos culturais e os atrativos da vertente católica nas cidades de Santa Cruz (Santa Rita de Cássia), São

Gonçalo do Amarante e Canguaretama (Santos Mártires de Cunhaú e Urucuá), Currais Novos e Caicó (Santa Ana), Mossoró (Santa Luzia), dentre outras. Em 2022, o turismo rural inseriu-se na agricultura familiar, tornando-se pauta na Lei nº 11.230. A Lei nº 11.274 reconheceu o Sindicato dos Guias de Turismo do Rio Grande do Norte, e a Lei nº 11.264 estabeleceu diretrizes para a sinalização turística nas rodovias estaduais.

Em Natal, o Decreto nº 4.964/1993 criou a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Em 2009, a Lei nº 6.028 promoveu a consolidação do Fundo Municipal de Turismo. Em 2010, a Lei nº 6.079 criou uma linha de ônibus denominada linha turismo, que deveria interligar os principais atrativos turísticos, porém, não foi efetivada. Em 2015, a Lei nº 6.531 regulamentou a atividade de guia de turismo, conforme legislação federal. Em 2018, instituiu-se o dia municipal do turismólogo e dos profissionais do turismo pela Lei nº 6.864. No mesmo ano, a Lei nº 6.866 promoveu a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo ao inserir novos representantes.

Em 2019, a Lei nº 6.886 dispôs sobre turismo pedagógico nas escolas da rede pública municipal, visando promover atividades extraclasses. Em 2020, a Lei nº 7.106 instituiu a política municipal de turismo, consolidando diretrizes para o desenvolvimento da atividade nos âmbitos econômico e social, bem como para a promoção da diversidade cultural, da sustentabilidade e da inovação tecnológica. Em 2021, focou-se na promoção de ações voltadas à população idosa, previstas na Lei nº 7.169. E, em 2023, a Lei nº 7.602 dispôs sobre diretrizes básicas para a promoção do turismo religioso no município.

Em uma perspectiva crítica ao que foi desenvolvido e aplicado na legislação do turismo, Maranhão (2017, p. 255) afirmou que há um “entendimento limitado do turismo, pautado por uma interface puramente econômica”. [...] Dificultando o alinhamento necessário com um planejamento mais amplo, dotado de estratégias participativas, por parte da gestão pública no Brasil”. Para o autor, a visão limitada do turismo considera que o viés econômico tenha ditado as regras dos processos, o que levou à regulamentação do turismo no Brasil a seguir a evolução do sistema capitalista (Maranhão, 2017).

Destaca-se que a regulamentação concebida para a zona histórica e portuária de Natal tem mais antiguidade. O setor público proporcionou ferramentas para orientar o entendimento jurídico sobre o uso destas zonas por meio de ações públicas, como se observa no quadro 2.

As normativas somadas ao senso comum e aos investimentos criam a sensação de que o jogo vale a pena ser jogado, promovendo a *illusão* do campo. De 1901 a 2023, o poder público investiu em ações de urbanização e requalificação da zona histórica e portuária de Natal, com o uso de recursos de infraestrutura, e, a partir dos anos 2000, despertou-se o interesse turístico. O porto, como parte integrante do centro histórico natalense e motor de progresso, tornou-se um pavilhão econômico para o setor de cruzeiros.

Chen, Petrick, Papathanassis & Li (2019) pontuam que o setor de cruzeiros apresenta facilidade de impacto direto na economia das cidades portuárias receptoras, por possibilitar o transporte de milhares de

turistas e da tripulação de uma só vez, com paradas estratégicas para desembarque e promoção de vivências nos destinos, gerando divisas e oportunidades.

Ano	Ação	Caráter	Interesse
1901	Plano Polidrelli	Público	Expansão urbana
1929	Plano Palumbo	Público	Expansão urbana
1990	Criação da Zona Especial de Patrimônio Histórico	Público	Salvaguarda
1995	Fachadas da Rua Chile	Público	Comercial
1999	Plano Monumenta	Público	Salvaguarda
2003	Corredor cultural Ribeira-Rocas	Público	Mobilidade, Turismo e Lazer
2005	Plano de Reabilitação de Áreas Centrais	Público	Comercial e Cultural
2007	Projeto Rehabitar	Público	Residencial e Requalificação
2009	Círculo Histórico	Público	Turístico
2010	PAC Cidades Históricas	Público	Comercial, Cultural e Turístico
2014	Centro Histórico de Natal: guia para turísticas e moradores	Público	Eduacional e Turístico
2015	Coopere	Público	Requalificação
	Caminhada Histórica	Público	Eduacional e Turístico
2018	Caminhada Espaços Sagrados do Centro Histórico de Natal	Público	Eduacional e Turístico
2023	Requalificação do Centro Histórico e da Ribeira	Público	Cultural e Turístico

Quadro 2: Ações públicas na zona portuária e histórica de Natal de 1901 a 2023.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No Brasil, a temporada 2022-2023 de cruzeiros apresentou uma duração média de 4,9 dias, com um gasto médio de R\$ 5.073,51 por passageiro na compra da viagem. Apesar da crise global causada pelo Covid-19, o número de passageiros embarcados vem aumentando exponencialmente, e a previsão é de que esse número ultrapasse o cenário pré-pandêmico de 2019 (CLIA, 2023), como ilustra o gráfico 1.

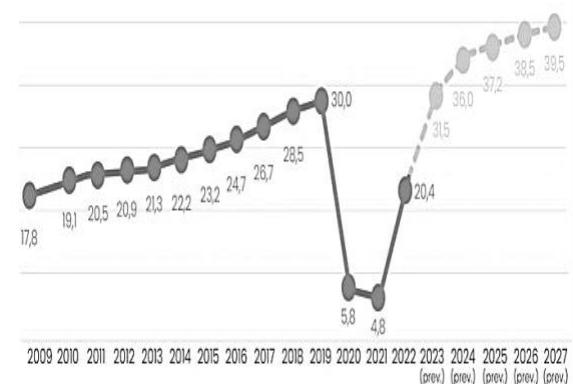


Gráfico 1: Número de passageiros no mundo (em milhões).
 Fonte: CLIA e Cruise Market Watch (2023).

Além do impacto econômico, o setor repercute na cadeia do turismo, gerando vendas nas agências de viagens e operadoras, no transporte, no setor receptivo, nos atrativos turísticos e no comércio. Também se destaca a geração de empregos diretos, indiretos e induzidos. No Brasil, a temporada 2022-2023 recebeu 29 navios, que passaram por 38 destinos. O perfil e os hábitos de viagem dos cruzeiristas indicam uma maioria do público feminina (60,8%), com ensino superior, casada(o) ou em união estável, com renda mensal familiar acima de R\$ 5.000,00 e residência em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CLIA, 2023). Os respondentes informaram que o destino nacional de preferência é a costa nordestina, com 66,2%, e que há disponibilidade para realizar o deslocamento na baixa temporada (CLIA, 2023). Nesse contexto, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte noticiou a chegada de um cruzeiro de luxo, que abriu a temporada 2023-2024, trazendo 264 passageiros acomodados em 132 cabines.

Nota-se que o cenário de *illusio* se desenha enquanto oportunidade de acúmulo de capital por parte do mercado seja pelos cruzeiros ou pelo turismo cultural, de incentivos e regulamentação por parte do Estado através da arrecadação de impostos, de lazer e entretenimento por parte do turista nos cruzeiros ou nos atrativos culturais e de oportunidade de trabalho pela comunidade, através da contratação direta ou empreendedorismo. Esses agentes do turismo são parte inerente ao desenho do campo, contribuindo para a compreensão da disputa pelo monopólio do turismo. A aplicação de uma composição no campo turístico, ou seja, um campo em que os interesses envolvem a tomada de decisões e a deliberação de interesse turístico, coloca-o como agenda na competição.

Ao analisar essa questão no contexto do turismo, considerou-se uma variedade de agentes sociais envolvidos no campo (Pimentel, 2020). Empresários, acadêmicos e trabalhadores, por exemplo, podem estar distribuídos no campo, compondo um arranjo de arena política em que, sob a visão *bourdieusiana*, teríamos uma mescla de influências e interesses. Ao considerar o lapso histórico de intervenções públicas e privadas em estas zonas e ao ponderar pela *doxa*, *nomos* e *illusio* do turismo apontadas, o campo estaria composto pelos seguintes agentes, seus interesses e nível de intervenção (quadro 3).

A disposição dos agentes na disputa pelo uso turístico (em suas mais variadas formas) configura uma disputa pelos capitais de seu interesse. É importante ponderar, para além de suas ações, suas relações com o campo e com os demais agentes. Aqueles agentes que possuem maior afinidade de interesse poderão estar coligados quando o turismo é tópico de debate. Os atores que têm interesse em acumular capital econômico e simbólico (político) apresentam um alto nível de intervenção, ou seja, propuseram e/ou efetuaram ações de interesse turístico na zona histórica e portuária de Natal, direcionando seu uso.

Os agentes de médio nível de intervenção, apesar de pautarem seus interesses nesta zona, não vêm induzindo novos usos. As produções acadêmicas, as manifestações culturais, a salvaguarda do patrimônio edificado e a promoção do comércio de rua, apesar de proporcionarem dinâmicas urbanas à zona, encontram uma barreira hegemônica no processo de desvalorização dos bairros. Para Silva Júnior & Nóbrega (2023), a relação porto-cidade se torna enfraquecida, pois “essas variáveis corroboraram atender a grupos específicos que não dialogavam com o entorno”.

Agente	Interesse	Disputa por qual capital	Nível de intervenção
Ministério de Portos e Aeroportos	Infraestrutura e comercial	Econômico e Simbólico (político)	Alto
Ministério do Turismo	Fluxos turísticos	Econômico e Simbólico (político)	Alto
CODERN	Gestão	Econômico	Alto
SETUR RN	Fluxos turísticos e diversificação do produto turístico	Econômico e Simbólico (político)	Alto
Agências de receptivo	Comercial	Econômico	Alto
SETUR Natal	Fluxos turístico e diversificação do produto turístico	Econômico e Simbólico (político)	Médio
IPHAN	Salvaguarda patrimonial	Cultural	Médio
Academia	Produção científica	Simbólico (científico)	Médio
CLIA Brasil	Comercial	Econômico	Médio
Empresas de cruzeiros	Comercial	Econômico	Médio
Comunidade organizada	Comercial	Econômico	Médio
Sistema S	Eduacional	Cultural	Baixo
Secretaria de Cultura de Natal	Reconfiguração da cultura natalense	Cultural	Baixo
Empresas de entretenimento	Comercial	Econômico	Baixo
Trabalhadores	Mercado de trabalho	Econômico e cultural	Baixo
Comunidade local	Vida digna	Econômico e cultural	Baixo
Turistas	Intercâmbio intercultural	Econômico e cultural	Baixo

Quadro 3: Agentes do campo.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Já os agentes de baixo nível de intervenção, disputam um capital mais cultural do que econômico. Essas ssoonas são protetoras de ações pontuais nas zonas (caminhadas e roteiros históricos) e sãas os que a vivenciam (trabalhando, morando ou visitando),

deixando um legado de uso e resistência frente ao processo de abandono.

O campo, portanto, que pode ser analisado a partir de estruturas pré-existentes, possibilita uma leitura das produções da temporalidade histórica e das consequências que dela decorrem. O turismo se tornou

ponto de inflexão, quando o centro histórico e a zona portuária são vistos enquanto um produto comerciável (vide exemplos nas cidades latino-americanas e europeias), porém em Natal esse campo gera um conflito de interesse no uso turístico do território em detrimento de outra zona onde o turismo é mais enfático, apesar da *doxa* apresentar o turismo enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento, o *nomos* mostrar suas regulações e a *illusio* suas conquistas.

Os agentes dominantes desse campo estão concentrados nas pastas públicas federais e estaduais com influência e capacidade de articulação com eixos do domínio que são de interesse turístico, sendo serviços essenciais para o seu bom funcionamento, além do mercado local que concentra os serviços na área litorânea do estado do RN, pouco promovendo os atrativos da zona histórica e portuária. No meio do campo estão reunidas as pastas públicas estaduais e municipais de interesse turístico, mas de menor influência. Geralmente, esses setores detêm pouco orçamento e são demandados para serviços mais práticos e menos urgentes. Somados a eles, estão a academia, com o cenário da pesquisa e extensão, em atividades pontuais.

Na escala dos agentes dominados estão as comunidades locais, os trabalhadores e os turistas. Esses agentes não se encontram organizados em uma lógica coletiva, e suas percepções individuais constituem a forma de luta simbólica nesse campo. Por não estarem representados em forma colegiada, os agentes sob dominação pouco interferem na zona histórica e portuária de Natal, uma vez que, considerando suas individualidades, por vezes não compreendem o que se passa nas lutas travadas entre os atores mais próximos do centro do campo, onde o objeto de disputa está localizado.

Para Oliveira & Pimentel (2020), pensando no campo turístico, este “traz elementos necessários para uma interpretação mais profunda da realidade, ultrapassando a descrição da evolução de um destino turístico a partir de seu ciclo de vida”, e por isso, para esse recorte socio geográfico uma análise de cada agente a partir dos seus acúmulos de capitais, arranjos, posições e estruturas (Pimentel, 2020), se faz necessário, uma vez que ao ponderar pelas ações investidas pelos agentes, o campo mostrou sua força para o predomínio estatal e mercadológico, em contraposição aos agentes de pastas públicas pouco representativas e comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As zonas portuárias e históricas, devido à formação das cidades litorâneas, estão intrinsecamente relacionadas, apresentando momentos de alta e baixa na relação entre porto e cidade. A diversidade de propostas de desenvolvimento pensadas para essas zonas a faz questionar o interesse e o manejo dos agentes na utilização do território enquanto oportunidade de disputa. O turismo, em Natal, entra na pauta a partir de 2003 como mecanismo de revigoramento da zona portuária e histórica da cidade, por meio de ações públicas voltadas ao uso turístico.

Entretanto, os desafios encontrados ao longo dos anos fizeram questionar quais agentes estão envolvidos no processo de disputa pelo turismo nestas zonas e como eles interviram a partir da justificativa turística? Nesse sentido, identificou-se que os agentes de maior nível de intervenção relacionaram suas ações piramidais a um maior investimento. Os demais agentes (de médio e baixo nível de intervenção), apesar de terem produzido ações, não produziram um fazer turístico efetivo.

Novos usos e novas configurações foram pensados por todos os agentes, mas não se mostraram propícios à propulsão do turismo, como idealizado pelos agentes do campo, o que nos leva a crer que há agentes dominantes (que direcionam o uso turístico para outras zonas) e dominados (aqueles que resistem à lógica de dominação). Pelo campo, considerando sua *doxa*, *nomos* e *illusio*, a construção das ações públicas levou em consideração um coletivo de *habitus* intrinsecamente correlacionados a uma hegemonia econômica que, ao conduzir a política à aplicação, devolve a esse pequeno grupo os seus interesses atendidos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o encaminhamento a novos olhares e investigações que considerem o acúmulo de capital (econômico, cultural e social), sob a perspectiva de Bourdieu, de cada agente disposto no campo, revelando suas atuações de forma mais direcionada à aplicabilidade social, quando ponderadas para a zona histórica e portuária de Natal.

REFERÊNCIAS

- Adler-Nissen, R. (2011). On a field trip with Bourdieu. *International Political Sociology*, 5, 327-345.
- Ahmad, R. (2013). Working with Pierre Bourdieu in the tourism field, making a case for 'third world tourism'. *Cultural Studies*, 27(4), 519-539.
- Amore, A. & Hall, C. M. (2017). National and urban public policy in tourism. Towards the emergence of a hyperneoliberal script? *International Journal of Tourism Policy*, 7(1), 4-22.
- Andrade, J. R. (2001). Consumer behaviour and tourist product choice. *Turismo em Análise*, 12(1), 7-19.
- Arrais, R. (2004). *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/USP.
- Assunção, G. L. (2014). Memória da cidade: uma porta de entrada para preservar o patrimônio cultural de Natal-RN. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo.
- Beni, M. C. (2004). Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. *Turismo – Visão e Ação*, 6(3), 295-305.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1997). The forms of capital. In H. A. Halsey, H. Lauder, P. Brown & A. S. Wells (Eds.). *Education: culture, economy, and society*. (pp. 46-58). Oxford: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. São Paulo: Celta.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2005). O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6, pp.15-57.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. EDUSP: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2010). *Meditações pascalianas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*.

- Papirus Editora: Campinas, SP.
- Bourdieu, P. (2013). *Outline of a theory of practice*. 26 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de sociologia*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. (2020). *Habitus and field: general sociology*. 2 vol. Medford: Polity Press.
- Burawoy, M. (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Editora Unicamp, Campinas – SP.
- Carvalho, K. F. (2003). Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 9, 101-111.
- Cascudo, L. C. (1999). *História da cidade do Natal*. RN Econômico: Natal.
- Cerqueira, L. R., Furtado, E. M. & Mazaro, R. M. (2009). Políticas públicas em turismo no Brasil: cronologia dos 70 anos da legislação turística e das instituições oficiais de turismo. *VI Seminário da ANPTUR*. São Paulo.
- Chen, J. M., Petrick, J. F., Papathanassis, A. & Li, X. (2019). A meta-analysis of the direct economic impacts of cruise tourism on port communities. *Tourism Management Perspectives*, 31, 209-218.
- Cohen, S. A., Prayag, G., & Moital, M. (2014). Consumer behaviour in tourism: Concepts, influences and opportunities. *Current Issues in Tourism*, 17(10), 872-909.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2019). *Plano de desenvolvimento e zoneamento*. CODERN: Natal, RN.
- Cruise Lines International Association Brasil. (2023). *Estudo CLIA Brasil FGV 2022-2023*. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- Dantas, G. A. F. (2003). *Linhos convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP.
- Donaire, D., Silva, M. P. & Gaspar, M. A. (2009). A rede de negócios do turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas. *Turismo – Visão e Ação*, 11(1), 112-134.
- Echtener, C. M. & Jamal, T. B. (1997). The disciplinary dilemma of tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 868-883.
- Edgell, D., Allen, M. D., Smith, G & Swanson, J. R. (2008). *Tourism policy and planning: yesterday, today and tomorrow*. Elsevier: Oxford.
- Emmendoerfer, M. L. (2015). *Centros históricos como territórios criativos em cidades luso-brasileiras: critérios para denominação, análise e inovação como subsídios para políticas públicas*. Relatório de estágio pós-doutoral. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Artmed: Porto Alegre.
- Fratucci, A. & Carneiro, J. (2020). Trabalhadores do turismo: de quem estamos falando? *Revista Turismo Estudos & Práticas*, 9, 1-12.
- González, R. M. T. (2016). Tránsito a la "modernidad": crisis, turismo, administración, evolución e hibridez. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 4(1), 169-180.
- Hall, M. (2010). *Politics and tourism – interdependency and implications in understanding change*. Goodfellow Publishers: Oxford.
- Heleno, C. T., Alves, K. S. & Oliveira, I. C. C. (2021). Trabalho em turismo: um olhar sobre o/a trabalhador/a. In M. C. A. O. Magnani et al. (Orgs.). *Turismo consciência: diálogos em tempos de pandemia*. UFVJM: Diamantina, MG.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, 42(1), 39-56.
- Koster, H. (1817). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Companhia Editora Nacional: Recife.
- Lage, B. H. G. & Milone, P. C. (2000). *Turismo: teoria e prática*. Atlas: São Paulo.
- Lahire, B. (2017). Campo. In A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey & C. C. C. Medeiros (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica Editora: Belo Horizonte.
- Lebaron, F. (2017). Capital. In A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey & C. C. C. Medeiros (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica Editora: Belo Horizonte.
- Maranhão, C. H. S. (2017). A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 5(2), pp. 238-259.
- Medeiros, A. L. & Luna, I. J. (2012). Memória e patrimônio: um estudo do centro histórico de Natal. *Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*. Palmas, TO.
- Moore, R. (2018). Capital. In M. Greenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais* (Cap. 3, pp. 73-94). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Nooy, W. de. (2003). Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory. *Poetics*, 31, 305-327.
- Oliveira, M. C. B. & Pimentel, T. D. (2020). A influência da posição dos agentes na elaboração de políticas públicas de turismo em campos turísticos: uma perspectiva comparada na América Latina. *Polis*, 57, 1-27.
- Pérez-Nebra, A. R., & Torres, C. V. (2002). The image of Brazil as a tourist destination: a study of consumer psychology. *Turismo - Visão e Ação*, (10), 101-114.
- Pimentel, T. D. (2020). O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6, 1-13.
- Pimentel, T. D. (2017). Bourdieu, Tourism field and its implications for governance of tourist destinations. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 7, 32-37.
- Saint Martin, M. (2022). A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia*, 10(26), 222-235.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez: São Paulo.
- Silva, J. L.; Emmendoerfer, M. L. & Cunha, N. R. S. (2020). Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. *Teoria e Prática em Administração*, 10(2), 23-41.
- Silva Júnior, F. X. & Nóbrega, W. R. M. (2023). Relação porto-cidade e a operacionalidade turística do Terminal Marítimo de Passageiros de Natal – RN. *Observatório de Inovação do Turismo*, 17(1), 105-128.
- Sonaglio, K. E. (2013). Transdisciplinar o turismo: um ensaio sobre a base paradigmática making. *Pasos – Revista de Turismo e Património Cultural*, 11(1), 205-216.
- Souza, I. (2008). *Nova História de Natal*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa.
- Teberga, A. (2021). Trabalhadores sem destino: uma análise preliminar dos impactos da pandemia à classe trabalhadora do turismo. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 14-35.
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP Rio de Janeiro*, 40(1), 22-55.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 638-657.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Declaração de créditos de autoria - CRedit

Termo	Definição	Autor 1	A2	A3
Conceptualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objectivos de investigação abrangentes	x		
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x		

Termo	Definição	Autor 1	A2	A3
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes			
Validação	Verificação, quer como parte da actividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x	x
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x		
Investigação	Conduzir um processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x	x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x		
Cura de dados	Actividades de gestão para anotar (produzir metadados), esfregar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x		
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projecto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x		
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x	x	
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da actividade de investigação, incluindo mentoría externa à equipa central	x		
Administração do projecto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da actividade de investigação	x		
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projecto conducente a esta publicação	x	x	

Fonte: conteúdo reproduzido, de forma adaptada, de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 20.05.2024; Revisado / Revised / Revisado: 24.05.2024 – 20.06.2024 – 09.09.2024 – 10.09.2025; Aprovado / Approved / Aprobado: 21.11.2025; Publicado / Published / Publicado (online): 30.12.2025.

Artigo resubmetido / Resubmitted paper / Artículo reenviado.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.